

P 10

Acadêmicos não vêm país parlamentarista

- 7 SET 1986
Da Sucursal de Brasília

A inexistência de um partido dominante no Congresso, a falta que a maioria das agremiações tem de um ideário claramente definido e a tradição pluripartidarista brasileira são fatores que impedem a adoção de um sistema parlamentarista no Brasil. Esta é a opinião de quatro acadêmicos brasileiros, manifestada esta semana, quando a discussão sobre o parlamentarismo voltou a ser levantada no Congresso Nacional.

No último dia 4 de agosto, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais aprovou, como sugestão para o Congresso constituinte, a adoção de um sistema com características do parlamentarismo e do presidencialismo para o Brasil. Chamado de "dualismo de complementariedade", esse sistema propõe que o presidente da República seja eleito pelo voto direto, para um mandato de seis anos. Ele governará em conjunto com o presidente do Conselho de Ministros (uma espécie de primeiro-ministro). Indicado pelo próprio presidente da República, o presidente do Conselho de Ministros deverá, no entanto, ser aprovado pelo Congresso.

Sistema "híbrido"

Segundo o professor de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), Octaciano Nogueira, esse sistema "híbrido" proposto pela comissão "não é propriamente o parlamentarista". Mesmo assim, ele afirma que o sistema não funciona sem a existência de um partido dominante, que tenha a maioria no Congresso para "estabilizar-se e estabilizar o processo político". Para o professor, a sustentação parlamentar do governo Sarney é feita pela Aliança Democrática — integrada pelo PMDB e PFL — e que a tradição brasileira é pluripartidária. E um governo parlamentarista de alianças, na sua opinião, "é penoso, de transações, concessões e instabilidade".

ao Corvê
"Você compara o parlamentarismo inglês, que funciona com um partido dominante (o Conservador), com o parlamentarismo vigente na Itália, que não tem partido dominante. Qual é mais estável? Sem dúvida o inglês", observa. Octaciano Nogueira mostra também um exemplo de parlamentarismo onde o presidente foi eleito pelo voto direto (França): "O que está havendo? Um choque entre um presidente socialista (François Mitterrand) e um conservador radical na chefia do governo (o primeiro-ministro) Jacques Chirac".

"Problema de imaginação"

O professor Orlando Carvalho, diretor da Revista Brasileira de Estudos Políticos e membro da Comissão constitucional, votou contra a sugestão de um "parlamentarismo presidencialista ou presidencialismo parlamentarista", conforme ele próprio chama. Autodefinindo-se presidencialista, Carvalho afirma que o Brasil tem "experiência" nesse tipo de sistema político. Quanto ao sistema "híbrido", diz que "o que se está fazendo é aquilo que os italianos chamam de 'ingegneria costituzionale'. É um problema de imaginação."

Segundo o professor Orlando Carvalho, baseado na experiência presidencialista brasileira, seria possível controlar "aquilo que é considerado excessivo à competência do presidente da República, através dos próprios partidos, de uma legislação em relação à Câmara dos Deputados, ao processo Legislativo. Agora nós entramos no vazio", completa. Ele prefere não julgar a existência ou não de um partido forte no Brasil: "Qual o partido político sólido na atualidade política brasileira de transição?"

Para o professor Ronald Poletti, da Universidade de Brasília, a ausência de um partido majoritário e principalmente "de partidos autênticos" dificultam a adoção do parlamentarismo no Brasil. "Não temos condições de fazer um governo parlamen-

tarista sem partidos que dêem sustentação, sem um partido ou coligação de partidos", afirma.

Somando-se a isso, diz que a atual estrutura partidária revela uma crise, já que os partidos "não funcionam como canalizadores da opinião pública", com raras exceções. Para ele, o único partido fiel às suas bases é o PT. A ideia de partido, para o professor, é tida como "um instrumento de poder".

João Quartim de Moraes, professor de filosofia política da Unicamp, também considera pouco provável o parlamentarismo no Brasil, pelo mesmo motivo que os outros três acadêmicos: "partidos fracos". Como Ronald Poletti, não vê claramente definido nas atuais agremiações um ideário e um projeto de sociedade. "Os partidos que mais são coerentemente portadores desse projeto são os pequenos", afirma. Partidos como o PMDB, segundo ele, têm uma função muito clara em alguns Estados, como em Pernambuco (para ele, Miguel Arraes, candidato ao governo, é identificado com a democracia). "Mas em outros Estados não é isso que acontece".

Representação nacional

Quartim de Moraes diz que o essencial no parlamentarismo é a representação nacional governar o país. Acredita, porém, que há medidas alternativas a serem tomadas para tornar o Poder Legislativo "um órgão a serviço da soberania popular": o unicameralismo, por exemplo. Para ele, o Senado "é um resto feudal, representação puramente territorial. E a coisa é tão falsificada no Brasil — diz — que nós sabemos que mesmo na Câmara, que é uma representação direita do cidadão, não teremos representantes nacionais eleitos com voto igual". Para provar a afirmação, o professor da Unicamp diz que, em São Paulo, o voto para eleger um deputado para a Câmara vale 1/18 do que um voto em Rondônia.